

PF apreende documentos na sede da Petrobras

Doleiro preso teria participação em contrato suspeito; mais de 20 mandados foram cumpridos dentro da segunda fase da operação Lava Jato



Por cerca de cinco horas, a PF buscou cópia de um contrato entre a estatal e a empresa Ecoglobal Ambiental Comércio e Serviços

Brasília - Em meio à batalha pela criação da CPI da Petrobras, a Polícia Federal apreendeu ontem documentos na sede da estatal, no Rio de Janeiro, em busca de provas que envolvem um contrato suspeito da petroleira no valor de R\$ 443 milhões. Um delegado e três agentes da PF estiveram na antessala da presidente da estatal Maria das Graças Foster, na segunda etapa da Operação Lava Jato, que investiga suposto esquema criminoso que incluiria a "entrega de vultosas quantidades de dinheiro a agentes públicos" e financiamento de campanhas políticas.

Por cerca de cinco horas, a PF buscou cópia de um contrato entre a estatal e as empresas Ecoglobal Ambiental Comércio e Serviços, com sede em Macaé, e sua filial, a Ecoglobal Overseas, com sede no estado de Nevada (EUA), no valor de R\$ 443,8 milhões, destinado a locação de equipamentos e fornecimento de serviços técnicos especializados. O contrato começa a vigorar em julho deste ano até o mesmo período de 2018. Conforme o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara federal de Curitiba, que autorizou os mandados de busca e apreensão, "há fundada suspeita sobre a licitude desse negócio".

Os investigadores descobriram que em meio a assinatura do contrato com estatal foi fechado um acordo paralelo de compra e venda de 75% da Ecoglobal Ambiental para o doleiro

Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, ambos presos na primeira fase da Lava Jato acusados de serem os operadores do esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Paulo Roberto tem ligações com o PP, PT e PMDB.

Os investigadores encontraram uma carta-proposta confidencial assinada em 18 de setembro do ano passado pelos negociantes que condiciona a compra da empresa à efetivação do contrato da Ecoglobal com a Petrobras. A Ecoglobal seria vendida para Paulo Roberto e Youssef por R\$ 18 milhões, quando estava prestes a assinar um contrato de R\$ 443 milhões, discrepância que chamou a atenção dos investigadores.

Oficialmente, a Ecoglobal está em nome do empresário Vladimir Magalhães da Silveira e da filha dele, Clara. Ele prestou depoimento à PF hoje sobre o contrato e negou sociedade com o doleiro e Paulo Roberto. Segundo a PF, contudo, a venda da empresa para Youssef e Paulo Roberto teria, ainda, um terceiro sócio: a Tino Real Participações, em nome de Maria Thereza Barcellos da Costa e Pedro Carlos Storti Vieira. Thereza seria casada com Eric Davi Belo, segundo a PF, "envolvido, aparentemente, em crimes relacionados a fundos de pensão". Os dois também prestaram depoimento à PF ontem.

Ao todo, a PF cumpriu 23 mandados no âmbito da Operação Lava Jato: dois de prisão temporária, seis de condução coercitiva e 15 de busca e apreensão, em cinco cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.